

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELEIÇÃO E COMPOSIÇÃO DO CMGDT PARA O BIÊNIO 2023/2025 E REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL.

O Presidente do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial do município de Itajaí, com base no art. 29, XII, da Constituição Federal, Art. 2º, inciso II e Art. 43 do Estatuto da Cidade - Lei nº 10.527/2001, na Lei Complementar Municipal nº 94/2006 e Lei Municipal nº 5001/2007, por este EDITAL PÚBLICO, CONVOCA TODOS OS INTERESSADOS A PARTICIPAREM DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELEIÇÃO E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, PARA O PERÍODO DE DOIS ANOS A PARTIR DA REALIZAÇÃO DA POSSE DOS CONSELHEIROS E QUE SERÁ REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2023, ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS NO AUDITÓRIO SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO LOCALIZADO NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, COM ENDEREÇO À RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA – ITAJAÍ/SC.

DO REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL

Capítulo I

DOS OBJETIVOS E VAGAS DAS ENTIDADES

Art. 1º. O presente edital tem por objetivo estabelecer normas e procedimentos necessários à realização da Audiência Pública para a eleição e composição do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial de Itajaí e regulamentar o processo eleitoral.

Art.2º. A participação é garantida a todo cidadão, morador da cidade de Itajaí, devidamente credenciado, mediante registro de presença que será efetuada de 1 (uma) hora antes a até 10 (dez) minutos após o início dos trabalhos.

Art. 3º. O Edital será publicado no Jornal Oficial do Município de Itajaí.

Art. 4º. Considerações e proposições poderão ser encaminhadas por cidadão maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado, apresentadas por escrito, devidamente justificadas e identificada sua autoria, protocolizadas a partir da data de publicação do Edital, junto a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial anexa à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, situada à rua Alberto Werner, no 100, Vila Operária até às 14:00 (quatorze horas) horas do dia 15 (quinze) de maio de 2023, dia da realização da Audiência Pública, observados os termos deste Edital.

Art. 5º. O preenchimento das vagas das entidades para o mandato 2023/2025, composta de titulares e suplentes, será através da indicação do segmento representado, conforme quadro a seguir:



SEGMENTO	MEMBROS INDICADOS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação	3 titulares / 3 suplentes
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda	1 titular / 1 suplente
Secretaria Municipal da Fazenda	1 titular / 1 suplente
Secretaria Municipal de Turismo	1 titular / 1 suplente
Secretaria Municipal de Segurança Pública	1 titular / 1 suplente
Instituto Itajaí Sustentável	1 titular / 1 suplente
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infra Estrutura - SEMASA	1 titular / 1 suplente
Fundação Genésio Miranda Lins	1 titular / 1 suplente
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	1 titular / 1 suplente
Associações de Moradores e de Bairros – Indicados pela UNAMI	8 titulares / 8 suplentes
Entidades Sindicais de Trabalhadores	2 titulares / 2 suplentes
Entidades Empresariais	4 titulares / 4 suplentes
Entidades Profissionais	1 titular / 1 suplente
Organizações Não-Governamentais	1 titular / 1 suplente
Entidades Acadêmicas e de Pesquisa	2 titulares / 2 suplentes
Fórum Permanente da Agenda 21 de Itajaí	1 titular / 1 suplente

Parágrafo Único. Como determina o art. 3º, inciso X, da Lei 5001/2007, alterada pela Lei 6102/2012, os membros das associações de moradores e bairros, de diferentes regiões do Município, que representem a totalidade do seu território, serão indicados pela União das Associações de Moradores de Itajaí – UNAMI.

Art. 6º. São requisitos básicos para inscrição do candidato:

- a) Ser maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado;
- b) Ser residente e domiciliado no município de Itajaí;
- c) Ser membro efetivo no segmento que representa.

§ 1º. Não serão aceitas indicações fora do prazo ou de candidatos sem os requisitos exigidos neste edital;

§ 2º. A não comprovação de qualquer informação e/ou documentação por parte do membro indicado, implicará na não efetivação de sua indicação.

§ 3º. Caso haja emissão de documentos não verdadeiros e/ou documentação por parte das entidades ou do membro indicado os mesmos serão notificados e responsabilizados.

§ 4º. As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade dos candidatos e no momento da inscrição os mesmos deverão apresentar seu documento de identidade original e assinar declaração de que cumpre com os requisitos previstos neste edital, para efeito de confirmação de sua inscrição.

Capítulo II

DOS PROCEDIMENTOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 7º. A Audiência Pública obedecerá as seguintes fases:

I. A reunião será realizada no dia 17 de maio de 2023, das 18: 30 (dezoito horas e trinta) minutos até às 21 (vinte e uma) horas, no Auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação localizado na sede da Prefeitura Municipal de

Itajaí, sito a Rua Alberto Werner, nº 100, Itajaí, Santa Catarina.

II. A Mesa Coordenadora dos Trabalhos da Audiência Pública de Eleição e Composição do novo Conselho será dirigida pelo Presidente do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial que presidirá os trabalhos.

III. Participarão da Audiência Pública de Eleição e Composição do Conselho Municipal as entidades que compõem os segmentos de previstos na Lei Municipal e que solicitarem sua inscrição a partir do dia 27 (vinte e sete) de abril de 2023 até às 14 (quatorze) horas do dia 15 (quinze) de maio de 2023 e que cumprirem todas as exigências deste Edital.

IV. As entidades deverão protocolar sua solicitação de inscrição para participar da Audiência Pública na Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, sito à Rua Alberto Werner, nº 100, anexo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, de 27 (vinte e sete) de abril de 2023 a 15 (quinze) de maio de 2023, de segunda a sexta-feira, das 13 às 19 horas, apresentando cada uma, os seguintes documentos a serem analisados pela Comissão Eleitoral:

- Cópia da ata da fundação ou estatuto da entidade, atestando estar legalmente constituída, acompanhada de cópia do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Cópia da ata da reunião que elegeu a última Diretoria;
- Ofício da Entidade com subscrição de seu (sua) Diretor(a) indicando a escolha de seu representante na Audiência Pública, bem como seus candidatos a titular e suplente para a composição do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.

Art. 8º. A entidade deverá protocolar ofício em papel timbrado que a identifique, e a assinatura da Autoridade indicadora esteja claramente identificada com a posição de carimbo ou do nome digitado por extenso e com a respectiva qualificação, endereçado ao Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial com indicação do Titular e do Suplente e também do representante que participará do processo de escolha na Audiência Pública acompanhado das seguintes informações e documentos: cópia do RG/CPF dos candidatos ou outro documento de identificação oficial com foto; endereço residencial e comercial; endereço eletrônico; e telefones para contato.

Capítulo III

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 9º. A Audiência Pública de Eleição e Composição do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial terá seguinte estrutura organizacional:

- I - Comissão Eleitoral do CMGDT;
- II – Mesa Coordenadora de Trabalhos;
- III – Plenária do CMGDT;

Art. 10. Terão direito a votar e serem votadas, através de seus respectivos Delegados todas as Entidades devidamente inscritas e classificadas em cada segmento de representação a fim de preencher as vagas definidas em lei.

Art. 11. Cada entidade poderá solicitar inscrição e ser classificada em apenas um subgrupo dos segmentos de representação.

Art. 12. Cada participante poderá representar apenas uma entidade. Em nenhuma hipótese poderá haver participação em outros subgrupos dos segmentos de representação para eleição dos membros do Conselho.

Art. 13. Cada entidade, em cada subgrupo dos segmentos, através de seu representante, terá direito a votar em tantas entidades quantas forem o número de vagas para cada subgrupo dos segmentos, sendo que as entidades mais votadas obedecendo o número de vagas existentes para o referido subgrupo, serão as eleitas.

§ 1º. No caso de empate, novo escrutínio deverá ser feito, a intervalos de 10 minutos, até que as entidades atendam ao *caput* deste artigo.

§ 2º. Persistindo o empate após 3 escrutínios sucessivos será vencedora a entidade que comprovar junto à Comissão Eleitoral, sede mais antiga em Itajaí, podendo apresentar até dia 16 de maio de 2020, em caráter complementar aos documentos já protocolados, outro que comprove tal condição.

§ 3º. As entidades eleitas estarão aptas à posse como entidade-membro do Conselho e seus respectivos conselheiros nomeados como titulares e suplentes.

§ 4º. As demais entidades ficarão registradas por ordem decrescente de votos, para no caso de vacância de alguma entidade no decorrer do mandato, estas serem chamadas para ocupar a vaga.

§ 5º. Somente terá direito a voto no dia das eleições a pessoa indicada para entidade como seu representante para tal finalidade.

§ 6º. Eventual substituição só será possível mediante novo ofício da entidade, nos moldes estabelecidos neste Edital, devendo apresentar-se à Comissão Eleitoral ou à Secretaria Executiva do Conselho, no endereço e horário já anunciados ou impreterivelmente antes do início da Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.

Art. 14. Cada representante de entidade terá direito, apenas uma vez, a 3 (três) minutos para sua apresentação ao plenário e colocar o objetivo da participação de sua entidade no Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, sem permissão de apartes, obedecida a ordem de inscrições.

Art. 15. Cumpridos os dispositivos anteriores terá início a votação que se dará mediante cédulas eleitorais distribuídas pela Comissão Eleitoral, aos representantes das entidades e após o voto a cédula será depositada em uma urna que ao final será lacrada com os lacres assinados pelo representante da Comissão Eleitoral e entregue na mesa Coordenadora dos Trabalhos.

Art. 16. Será nulo o voto que contiver qualquer rasura, ressalva ou anotação.

Capítulo IV

DA ABERTURA DAS URNAS E DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 17. Na sequência e na ordem de recepção pela Mesa Coordenadora dos Trabalhos e sob a direção do Presidente do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial será procedida a abertura das urnas e computado os votos.

Art. 18. Concluída a etapa da eleição com os resultados apurados será elaborada a Ata sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral, constando o número total de votos

válidos, brancos e nulos, o nome de todas as entidades participantes da votação e elencadas em ordem decrescente com o respectivo número de votos recebidos, ressaltando as entidades eleitas e na sequência as demais que poderão compor o Conselho municipal, caso haja uma vaga no decorrer do mandato. A Ata será assinada pelo Coordenador da Comissão Eleitoral e pelo presidente da Mesa Coordenadora.

Capítulo V

DA PLENÁRIA FINAL

Art. 19. A Audiência Pública de Eleição e Composição do Conselho terá sequência com a Plenária Final, quando será dado conhecimento do resultado das eleições e composição provisória da nova composição do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, havendo em seguida o encerramento da Audiência Pública.

Art. 20. As entidades terão prazo de 03 (três) dias úteis, a partir dos atos da publicação, para contestação do resultado das eleições do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.

Itajaí, 20 de abril de 2023.



RODRIGO LAMIM

Presidente do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial